



O ENSINO DE HISTÓRIA E A MOBILIZAÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA NAS NARRATIVAS SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL

José Valter Castro¹

GT8 - Espaços Educativos, Currículo e Formação Docente (Saberes e Práticas).

RESUMO

Este trabalho se propõe a discutir como os alunos dos Ensino Médio mobilizam a memória coletiva para narrar um patrimônio histórico e cultural de sua comunidade. Assim, utilizando-se dos saberes proporcionados em seu espaço vivencial e dos conhecimentos históricos evidenciados nas aulas de História. Esta pesquisa se caracteriza como qualitativa, do tipo estudo de caso. Utilizou-se como material de análise álbuns fotográficos produzidos, em grupo, por jovens do Colégio Estadual Castro Alves-Adustina/BA. Estes álbuns são constituídos por fotografias e textos sobre um patrimônio da comunidade, previamente escolhidos pelo coletivo dos alunos. É possível evidenciar que ao mobilizar a memória coletiva do grupo e os saberes escolares discutidos nas aulas de História, os jovens produzem uma narrativa sobre o patrimônio cultural local e desenvolvem uma sensibilidade histórica quanto aos indícios e marcas do tempo presente no seu entorno.

Palavras-chave: Ensino de História. Memória coletiva. Patrimônio Cultural.

ABSTRACT

This work aims to discuss how high school students mobilized the collective memory to narrate a historical and cultural heritage of your community. So, using knowledge provided in your experiential space and historical knowledge evidenced in history class. This research is characterized as qualitative case study type. Used as analysis material photo albums produced, as group, for young people from State College Castro Alves – Adustina/BA. These albums are made up of photographs and text on a community heritage, previously chosen by the collective of students. It is possible to evidence that by mobilizing the collective memory of the Group and school knowledge discussed in history, young people produce a narrative about the local cultural heritage and develop and historical sensitivity as for signs and marks of the present time in your surroundings.

Keywords: Teaching History. Collective memory. Cultural Heritage.

¹ Professor de História no Colégio Estadual Castro Alves-Adustina/BA, licenciado em História e Mestre em Educação pela UFS (Universidade Federal de Sergipe). Participa do GPEHI (Grupo de Pesquisa em Educação, História e Interculturalidade –UFS). E-mail: j_vcastro@yahoo.com.br.



INTRODUÇÃO

Os desafios que os professores enfrentam no cotidiano do ensinar a História têm proporcionado reflexões profundas sobre sua prática pedagógica, prescindindo de uma observação e escuta atenta dos estudantes que ensinamos. É esta possibilidade de escuta aos alunos e de entendê-los que permite o questionamento e a problematização do fazer docente. Problematizações que provocam um incômodo quanto ao desinteresse dos alunos nas aulas desta área de conhecimento aliado a falta de mobilização quanto à aprendizagem da História.

O objetivo deste trabalho é promover uma discussão quanto ao ensino de História e sua relação com o saber histórico, seja ele proporcionado de modo informal, apreendido pelos alunos a partir da observação de seu entorno e de suas vivências; bem como dos saberes formais aprendidos na sala de aula, os saberes históricos escolares. Deste modo, discutiremos o percurso do Ensino de História na escola brasileira e as possibilidades formativas a partir do trabalho com as memórias coletivas da comunidade ao serem mobilizadas pelos jovens para constituírem narrativas sobre o patrimônio local. Reflexões desenvolvidas a partir de um projeto de Educação Patrimonial realizado com alunos do Ensino Médio do Colégio Estadual Castro Alves (CECA) de Adustina - BA.

Pode-se afirmar que estas memórias coletivas circulam, também, como saberes da história pública que são àqueles possibilitados ao público em geral, ou que circulam publicamente em espaços diferenciados daqueles em que tem a função de guarda-los e reproduzi-los. Neste caso, o saber da “história pública se manifesta em múltiplos meios de comunicação e em diferentes linguagens e suportes, sem ser produzida, necessariamente, por historiadores de ofício” (SILVA, 2013, p.15-16). Para esta discussão, interessa saber destes saberes públicos não-escolares que circulam como memória coletiva na comunidade, e que seus membros têm acesso de diferentes formas, suportes ou linguagens, especialmente aqueles que foram mobilizados pelos alunos na produção de suas narrativas.

Este estudo foi realizado a partir de um estudo dos álbuns produzidos pelos alunos para o Projeto EPA (Educação patrimonial e Artística), realizados nas escolas estaduais da Bahia, no nosso caso, o colégio Estadual Castro Alves, localizada no município de Adustina. A escolha dos álbuns levou em consideração a produção de narrativas sobre a história de um patrimônio local. Uma tentativa de perceber como os alunos se apropriam do discurso histórico e que relações mantém com a narrativa histórica, ou seja, como constroem sua historicidade, a partir da relação dos saberes escolares mobilizados através do ensino de história e de saberes não-escolares experienciados a partir da uma memória coletiva. Deve-se



levar como pressuposto que “a formação histórica dos alunos depende apenas em parte da escola, e precisamos considerar com interesse cada vez maior o papel dos meios da comunicação de massa, da família e do meio imediato em que o aluno vive (...)” (CERRI, 2011, p.44).

Assim, discutir o ensino de História deve partir da proposição de que a aprendizagem histórica tem como potencial a formação do sujeito cidadão e consciente do seu tempo e suas problemáticas, o que se constitui como um objetivo central entre os profissionais da área. Entretanto, atingir este objetivo não é tarefa fácil, considerando-se que a ação educativa envolve sujeitos com interesses comuns e/ou divergentes. Envolve, também, condições de trabalho (programas, material didático, salário, suporte pedagógico) adequadas para os professores e atividade intelectual por parte dos alunos. Outrossim, é importante que se repense o ensino de História numa perspectiva de superar toda essa adversidade, “... uma História que ainda pouco ensina a historiar” (MIRANDA, 2013, p.59).

Estas questões são pertinentes quando se pensa um campo tão complexo como é o ensino de História e que está em constante movimento. E neste caso, é imprescindível compreender, também, que “a escola e a prática pedagógica podem ser organizadas e efetivadas de diferentes formas, mas elas não poderão prescindir de ensinar o saber, seu núcleo e razão de existência” (LUCINI; CASTRO, 2015, p.108). E apreender este saber da História pressupõe entender como se dão as relações com este saber específico e complexo e que sentidos tem para os alunos que se deparam com o saber histórico na escola e fora dela.

Por sua complexidade, a prática pedagógica exige do professor um olhar aprofundado, no sentido de proporcionar ao aluno um ensino mais próximo da prática da pesquisa, estudando objetos próximos de sua realidade. E nesta perspectiva, a análise da produção de um álbum fotográfico sobre o patrimônio local tem por objetivo compreender como os alunos se mobilizam para produzir uma narrativa histórica, constituída do cruzamento entre os saberes de uma memória coletiva em circulação na comunidade e os saberes históricos escolares.

A pesquisa foi definida como estudo de caso qualitativo, visto que se enquadram dentro de quatro características definidas por Merriam, citada por Marli André (2008), a particularidade, a descrição, a heurística e a indução. Neste caso, é um estudo com um grupo de alunos envolvido num “fenômeno particular”, a memória coletiva; que terá como “produto final uma descrição” intensa do fenômeno, ou seja, interpretar os sentidos atribuídos pelos alunos para “revelar a descoberta de novos significados” a partir da produção de narrativas



sobre o patrimônio que permitem a “compreensão” desta relação entre os alunos e o conhecimento histórico.

Na coleta dos dados utilizou-se da seleção dos álbuns fotográficos produzidos pelos alunos do Ensino Médio do Colégio Estadual Castro Alves (CECA), no Município de Ajustina – Ba. Estes álbuns foram produzidos no ano de 2015, participantes de uma exposição pública do Projeto EPA (Educação Patrimonial e Artística) no citado colégio.

Portanto, a produção dessa narrativa sobre o passado tem um potencial de investigação muito significativo para entender como se constitui a formação histórica dos alunos, não no sentido de dominarem os procedimentos técnicos do historiador, mas também, como uma forma de interpretar o tempo, suas mudanças e permanências. Como nos ensina Matozzi (2008, p.138), “graças ao uso dos bens culturais e graças à educação para o patrimônio, o aluno adquire conhecimentos sobre o território e sobre os problemas da sua gestão e podem tornar-se um cidadão consciente, interessado e crítico”.

O PERCURSO DO ENSINO DE HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Para entender o percurso da disciplina História nos currículos da escola brasileira é importante ressaltar como ela foi utilizada pelas autoridades como finalidade de moldar uma identidade nacional e, também para formação de valores morais e cívicos. Isto porque “a partir da década de 70 do século XIX, sua importância foi ampliada como conteúdo encarregado de veicular uma *história nacional* e como instrumento pedagógico significativo na constituição de uma *identidade nacional*” (BITTENCOURT, 2009, p.60).

Nesta trajetória do ensino de História, especialmente, no Ensino Secundário, levando em consideração o papel que o Colégio Pedro II exerceu sobre o que deveria ser ensinado no restante dos colégios do país, é marcado por ser atrelada ao modelo francês e atrelada à formação moral dos indivíduos. Deste modo,

(...) o ensino de História de 1838 à 1930, sob a chancela da nomenclatura História Universal não é nem sagrada, nem materialista a ponto de romper com a providência. Ao moldar os espíritos e oferecer o moral dos grandes personagens históricos, está a pavimentar outra concepção para o ensino que entrará em vigor com a Reforma Francisco Campos (1931), a História das Civilizações. (LIMA, 2011, p.70)

É com a Reforma Francisco Campos que o objetivo da história a ser ensinada passa a ser civilizar o povo, uma maneira do país seguir o rumo das nações europeias,



especialmente com a História das Civilizações. O Estado brasileiro passa a controlar explicitamente o que deveria ser ensinado nas escolas. As mudanças que vem a ocorrer após a Reforma Capanema torna mais evidente a implantação dos currículos mínimos, preocupados implicitamente com o papel que as disciplinas, especialmente a história. Era uma maneira de “frear o nacionalismo exacerbado que se cogitava tornar agressivo” (LIMA, 2011, p.87).

O auge da preocupação com a formação de um cidadão pacífico e defensor da pátria ocorre após implementação e implantação da ditadura militar de 1964. Percebe-se como política educacional “a despolitização dos conteúdos, reduções e esvaziamento como parte da chamada Política de Segurança Nacional” (LIMA, 2011, p.90). A ditadura militar, efetivamente, revitalizou a ideia de um currículo mínimo denominado de Estudos Sociais. Essa medida não somente afetou a formação do aluno, mas também, a estrutura de formação dos professores em cursos de licenciatura curta. Pode-se afirmar que, neste interim, o ensino de História passa a ser controlado pelas estâncias do governo, servindo de instrumento de dominação utilizando-se da manipulação com a memória coletiva. (FONSECA, 2005).

As mudanças nesta política de controle do ensino das disciplinas do campo das Humanas começam no amplo processo de redemocratização do país, em que os movimentos dos intelectuais e dos professores passam a discutir e pôr em prática, em alguns Estados, as reformulações curriculares. A partir dos anos 90, o ensino de História passa a ser revalorizado “como campo de saber autônomo fundamental para a formação do pensamento dos cidadãos”. (FONSECA, 2005, p.26). As reformulações dos currículos da escola de 1º e 2º graus proporcionaram mudanças, no sentido de suprimir as disciplinas criadas durante o regime militar e, aos poucos, reintroduzir a disciplina História nas salas de aula e reestruturar os cursos de Licenciatura Plena nos cursos superiores. E, assim, a necessidade de alinhar as pesquisas desenvolvidas no campo da história com o ensino da disciplina nas salas de aula. Pois,

É na história da história que foram construídas as bases de uma outra possibilidade de ensinar e aprender história. Nesse sentido, as últimas décadas do século XX constituíram um rico momento de debates, elaboração e implementação de propostas curriculares, de novos materiais didáticos e de repensar das práticas educativas no Brasil. (FONSECA, 2005,p.36)

Atualmente, o ensino de História, apesar dos embates, tem se configurando, também, como espaço de pesquisa. Estas mudanças foram tributárias dos vários movimentos anteriormente discutidos e, ao mesmo tempo, da interlocução com as várias áreas das ciências humanas, ou seja, “as pesquisas, em sua maioria, dialogam com os referenciais de diferentes campos das ciências sociais, e igualmente com as teorias da comunicação, entendendo que



correspondem a um setor construído em função das necessidades de uma prática” (BITTENCOURT, 2011, p.97). Nesta interlocução com as diversas áreas do campo das Ciências Humanas tem se construído possibilidades de trabalho pedagógico para o ensino de História, incluindo discussões outras mais próximas da realidade do aluno.

O PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL COMO POSSIBILIDADE FORMATIVA NO ENSINO DE HISTÓRIA

A opção por estudar o patrimônio como possibilidade formativa no ensino de História tem o propósito de uma interconexão entre a cultura e a História facilitando a discussão da relação de temporalidade entre o presente e o passado, e neste caso, a relação entre História e Memória, ou seja, como o uso de um suporte produzido pelos alunos, através da fotografia e da narrativa sobre o patrimônio é capaz de um rememorar de um passado, coletivo ou não, podendo ter a capacidade de propiciar laços de pertencimento individual, já que a escolha de um patrimônio não se constitui aleatoriamente.

Além disso, a construção de uma história a partir do patrimônio cultural, possibilita que se conheça e explore não somente o edificado, a cultura material, mas os saberes e as manifestações que tradicionalmente fazem parte da memória, a cultura imaterial, tornando-se constituinte da história das comunidades dos alunos participantes do projeto. Ao discutirmos a relação memória/história deve-se levar em consideração, também, que é nas lembranças dos outros, mais especificamente no lembrado pelos outros que ancoramos nossa memória, tornando-a coletiva. Assim, a memória individual é parte da memória coletiva. Halbwachs (1990). Como este processo de rememoração do passado depende do grupo,

É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como nos dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aqueles e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. (HALBWACHS, 1990, p.34)

A possibilidade de experienciar o passado estudando o patrimônio cultural, permite uma tentativa de relacionar suas vidas e memórias a um passado do grupo, da comunidade e que lhe pertence, constituindo-se, então, numa história local. Ou seja, “a memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada” (NORA, 1993, p. 9).



Por isso, o patrimônio deve ser estudado como uma possibilidade de constituir uma identidade individual e, ao mesmo tempo, coletiva, mesmo diante das políticas de urbanização moderna que são avassaladoras e não evidenciam nenhuma preocupação com a memória da coletividade, privilegiando quase sempre os interesses do grupo dominante. Contudo, é necessário também, ter o cuidado com os abusos decorrente de uma busca excessiva pelas origens, visto que, “o patrimônio é constituído de testemunhos, grandes ou pequenos. Como em relação a todo testemunho, nossa responsabilidade é de saber reconhecê-los em sua autenticidade, mas além disso nossa responsabilidade se encontra engajada em relação às gerações futuras” (HARTOG, 2006, p.26).

O descaso com a preservação da memória edificada fica perceptível na destruição das casas antigas, casarões e prédios públicos, em nome da modernidade e da defesa da memória de um grupo específico, que quase sempre não representa a coletividade, a comunidade. Diante de ações de desconstrução da memória coletiva, há a necessidade de um trabalho que aproxime os alunos de uma memória que os represente. E neste caso, a busca por uma memória que o represente não somente está no patrimônio material, mas também no imaterial, que por desconhecimento e por falta de uma política educacional passa despercebida como constituinte da história da comunidade, pois,

A identidade cultural de um país, estado, cidade ou comunidade se faz com memória individual e coletiva. Somente a partir do momento em que a sociedade resolve preservar e divulgar os seus bens culturais é que se inicia o processo de construção de seu *ethos* cultural e de sua cidadania. (ORÍÁ, 2001, p.138)

A ampliação das discussões sobre a relação história/memória no espaço escolar perpassa as questões didáticas, especificamente no uso de suportes pedagógicos que ampliam a relação com o ensino de História. Portanto, a produção de um álbum fotográfico se configura como suporte para apreender a História a partir de um olhar sobre a memória contida num patrimônio, seja material ou imaterial. E neste sentido, a possibilidade de construção do conhecimento histórico por parte do aluno, ao se produzir uma narrativa com um novo olhar interpretativo, isto é, uma nova leitura do mundo, afinal, “é o ato de ler que se junta à configuração da narrativa e atualiza sua capacidade de ser acompanhada. Acompanhar uma história é atualizá-la em leitura” (RICOEUR, 2010, p. 131).

Este trabalho de mobilização de saberes nos possibilita indícios da constituição de uma formação histórica, isto é, o desenvolvimento de habilidades cognitivas referentes ao apreender e entender o passado a partir do presente e vice-versa. Além disso, este trabalho



que envolve além dos alunos, a comunidade e os professores, acaba se configurando como uma história pública, especialmente quando envolve uma divulgação da história à comunidade do município, quando da realização de numa exposição didática dos álbuns produzidos.

Estas exposições são necessárias, pois constitui-se em um retorno dos resultados da pesquisa à comunidade e, ao mesmo tempo, um espaço de divulgação do conhecimento histórico. Para Albieri (2011, p.21), “é preciso agir em favor da continuidade e da multiplicação dos meios que põem em comunicação os vários modos de historiar, tanto na Academia quanto na cultura comum”. Esta história pública que se entrelaça com os saberes escolares e perpassa o visível, a partir do olhar fotográfico dos alunos. Esse olhar do aluno acrescido de sua interpretação a partir de uma narrativa possibilita uma ressignificação do mundo e como conclama Ricoeur (2010, p.129), “contamos histórias porque, afinal, as vidas humanas precisam e merecem ser contadas”. E o patrimônio representa as marcas da ação humana e fazem parte do cotidiano vivido pelos homens, especialmente quando estas marcas não são reconhecidas oficialmente como representação histórica.

Foi a partir de um trabalho diferenciado sobre o estudo do patrimônio cultural que foi possível entender a relação com o ensino de História. Neste caso, para entender estas questões é necessário compreender que ensino de História temos e qual queremos. As explicações para o desinteresse dos alunos pela História ora parte das características da própria disciplina escolar, que por muitos anos tem primado pela “permanência de determinados conteúdos *tradicionais* e do método da *memorização*, responsável por um slogan famoso da História escolar: uma *matéria decorativa* por excelência” (BITTENCOURT, 2009, p. 60).

É pertinente perceber que a relação dos alunos com o conhecimento se difere muito quanto ao acesso à informação nos tempos atuais. Vive-se o mundo da tecnologia digital e “mais do que isso, o homem sobremoderno está imerso num outro espaço, o da rede” (LUCINI; CASTRO, 2015, p.111). Assim, as referências temporais e espaciais moldadas a partir do virtual mudam as experiências dos alunos com a escola e com o mundo, tornando-os reféns de um presentismo, que Hartog (1998, p.262) explica como o “crescimento rápido da categoria do presente” se impondo como um “presente onipresente”. Por isso, a necessidade de se desenvolver práticas pedagógicas que possibilitem a apreensão do passado a partir do presente. Assim, cabe à comunidade, aos seus indivíduos, o papel de se produzir vínculos entre as suas memórias e a história, e, portanto, uma reconstituição do passado.



A preocupação com uma prática pedagógica, que aproxime o aluno da produção e, ao mesmo tempo, dê conta das exigências curriculares da disciplina História, deve ser o foco dos professores. O ensino de História, principalmente nas escolas públicas, ainda tem como suporte principal o livro didático. Apesar de ser um suporte muito usado, não impede o professor de utilizar outras fontes, visto que cabe “aos professores de história o papel fundamental de desenvolver um ensino que contribua para a formação do pensamento crítico e reflexivo, para a construção da cidadania e para a consolidação da democracia entre nós”. (FONSECA, 2005, p.56).

Ainda se tem um longo caminho para que se consiga formar alunos críticos e conscientes de sua historicidade. Mas o trabalho sistemático com novos suportes, a exemplo da produção de vídeos, produções textuais, músicas poderão contribuir para que o aluno entenda o seu tempo e a sua história, quando conduzidos de forma ética e profissional. Esta sensibilidade frente à história é importante, pois “nos conduzem a linguagens outras, possibilidades comunicativas construídas em bases novas, maneiras diferentes daquelas com as quais estamos acostumados a ver e a naturalizar a forma escolar e os nossos conteúdos disciplinares”. (ZAMBONI; LUCINI; MIRANDA, 2013, p. 266).

A proposição de práticas diferenciadas tem a possibilidade de formar sujeitos históricos e proporcionar aulas interessantes, tanto para os alunos quanto para os professores. Além de possibilitar uma experiência diferenciada para os alunos, um experimentar a história no contato com a sua memória coletiva, possibilitando a construção de laços de identidade e pertencimento. Esta proposição de se possibilitar uma aula interessante parte do pressuposto de que “é uma aula na qual se estabeleça, em uma forma específica, uma relação com o mundo, uma relação consigo mesmo e uma relação com o outro” (CHARLOT, 2000, p. 73). Em resumo, que se consiga mobilizar o aluno para aprender através de um esforço intelectual.

Tendo como referência a discussão estabelecida, as narrativas produzidas sobre um patrimônio com base na mobilização da memória coletiva devem ser permeadas por uma análise das possibilidades teóricas entrelaçando o ensino de História e o patrimônio. Neste caso, sobre a importância de se trabalhar os bens culturais para a formação histórica dos alunos, e a possibilidade de uma inserção curricular da mesma no sistema de ensino, já que, “o patrimônio contribui potencialmente na formação histórica, visto que permite dar consistência às informações e abstrações dos textos históricos e porque constrói a percepção e a visão histórica do território e do mundo” (MATOZZI, 2008, p.149).



ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A potencialidade do trabalho com bens patrimoniais pode se tornar substanciais quando organizadas de forma eficiente através de estratégias didáticas, especialmente na forma de laboratórios, que favoreçam com que os estudantes se empenhem “a descobri-lo e usufruir isso com um corpo-a-corpo que coloque em jogo sentidos, mente e práticas” (MATOZZI, 2008, p. 152). Pode-se afirmar, nesse caso, que a produção do álbum fotográfico sobre o patrimônio, que se tornou a fonte da pesquisa, se aproxima do relato do autor referenciado, visto que se produz uma oficina de preparação, possibilitando que os alunos exerçam sua autonomia na procura do patrimônio que deseja estudar, além do acompanhamento dos professores envolvidos.

O trabalho com os álbuns sobre o patrimônio é somente uma tentativa formativa, que aliadas a outras poderá proporcionar uma identificação dos alunos com a história que é ensinada nas salas de aula. Especificamente quando este trabalho é produzido pelos alunos. Ainda se tem um longo caminho para que se consiga formar alunos críticos e conscientes de sua historicidade. Mas que o trabalho sistemático com novos suportes, a exemplo da produção de vídeos, produções textuais, músicas irão produzir um aluno que entenda o seu tempo e a sua História.

A experiência com o projeto EPA, além de produzir bons trabalhos de História, tem propiciado novas experiências pedagógicas para nós, professores de história. E a cada edição, a cada ano, a busca por uma melhor formação histórica dos alunos, a partir dos álbuns fotográficos, sensibiliza a todos num percurso formativo contínuo. Esta sensibilidade frente à história é importante, pois “nos conduzem a linguagens outras, possibilidades comunicativas construídas em bases novas, maneiras diferentes daquelas com as quais estamos acostumados a ver e a naturalizar a forma escolar e os nossos conteúdos disciplinares” (ZAMBONI; LUCINI; MIRANDA, 2013, p.266).

Neste sentido, a tentativa de proporcionar uma reflexão sobre o passado com o objetivo que inserir os jovens numa consciência do tempo que vive e que tem uma forte ligação com outros tempos vividos por seus familiares e pessoas da comunidade. Portanto, a partir das reflexões esboçadas ao longo do artigo, a ideia de “um passado que se foi”, tão constante na memória coletiva dos jovens que foram indagados, nos permite refletir sobre a necessidade de discutir uma educação histórica dos mesmos.



Portanto, novas experiências com um trabalho que enfatize as memórias coletiva possibilitam um revigoramento do trabalho do professor para prosseguir como um mediador do conhecimento e não como detentor. Estas práticas diferenciadas tem a possibilidade de formar sujeitos históricos e proporcionar aulas interessantes, tanto para os alunos quanto para os professores. Além de possibilitar uma experiência diferenciada para os alunos, um experimentar a História, no contato com a sua memória coletiva, possibilitando laços de identidade e pertencimento.

REFERÊNCIAS

ALBIERI, Sara. História pública e consciência histórica. In: ALMEIDA, Juniele R. de; ROVAI, Marta G. de Oliveira (Orgs.). **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 19-30.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Estudo de Caso em pesquisa e avaliação educacional**. Ed. Liber livro, 2008.

BITTENCOURT, Circe F. Abordagens Históricas sobre a História escolar. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v.36, n.1, p.83-104, jan./abr.,2011.

BITTENCOURT, Circe F. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

CERRI, Luís F. **Ensino de História e consciência histórica: implicações didáticas de uma discussão contemporânea**. São Paulo: FGV, 2011.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber às práticas educativas**. São Paulo: Cortez, 2013.

FONSECA, Selva G. **Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados**. 4.ed. Campinas/SP: Papirus, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice; Ed. Revista dos Tribunais, 1990.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 261-273, jul./dez. 2006.

LIMA, Guilherme P. de. **O ensino de história no Brasil: da história natural à história naturalizada**. Dissertação (Mestrado em Educação). Campinas/SP, Unicamp, 2011.

LUCINI, Marizete.; CASTRO, José V. O Ensino de História e a relação com o saber na sobremodernidade. IN: MAYNARD, Dilton C. S.; MAYNARD, Andreza S. C. (Orgs.) **História e Educação: ensaios sobre cultura e ensino**. Recife: Edupe, p.103-122, 2015.



MATOZZI, Ivo. Currículo de História e Educação para o patrimônio. **Educação em revista**, Belo Horizonte/MG, n. 47, p. 135-155, jun. 2008.

MIRANDA, Sônia R. Formação de professores e ensino de História em limiares de memórias, saberes e sensibilidades. **Revista História Hoje**, Florianópolis/SC, v. 2, n. 3, 2013. p. 149-167.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury. São Paulo, **Projeto História Puc-SP**, São Paulo, p. 7-28, dez., 2003.

ORIÁ, Ricardo. Memória e ensino de História. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2001. p.128-162.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Trad. Claudia Berliner. São Paulo: Ed. WMF; Martins Fontes, 2010. Volume 1.

SILVA, M (org.). **História: Que ensino é esse?** Campinas/SP: Papyrus, p.15-29, 2013.

ZAMBONI, E.; LUCINI, M.; MIRANDA, S.R. O saber histórico escolar e a tarefa educativa na contemporaneidade. IN: SILVA, M (org.). **História: Que ensino é esse?** Campinas/SP: Papyrus, p.253-276, 2013.